
TRADUÇÃO

LEI DE INSOLVÊNCIA EMPRESARIAL DA REPÚBLICA POPULAR DA CHINA
(2007)

(Adotada na 23ª Sessão do Comitê Permanente do 10º Congresso Nacional do Povo em 27 de agosto de 2006 e em vigor desde 1º de junho de 2007)

Tradução feita a partir da versão em inglês realizada pelo Bankruptcy Law and Restructuring Research Center of China University of Politics and Law¹. Disponível em:

<https://natlex.ilo.org/dyn/natlex2/natlex2/files/download/74665/CHN74665.pdf>

CÁSSIO CAVALLI
Professor da FGV Direito SP
advogado e parecerista

¹ https://fxy.cupl.edu.cn/English_new_/About.htm

CAPÍTULO 1 DISPOSIÇÕES GERAIS	CHAPTER 1 GENERAL PROVISIONS
Artigo 1 Esta Lei é formulada para regular a prática e as atividades de insolvência empresarial, realizar a liquidação justa das dívidas, proteger os direitos e interesses legítimos de credores e devedores e manter a ordem da economia de mercado socialista.	Article 1 This Law is formulated for regulating enterprise insolvency practice and activities, fair liquidation of debts, protecting the legitimate rights and interests of creditors and debtors, maintaining the order of the socialist market economy.
Artigo 2 Quando uma empresa com personalidade jurídica não puder quitar dívidas vencidas e os ativos do devedor não forem suficientes para cobrir as dívidas, ou o devedor não tiver capacidade evidente de pagá-las, todas as dívidas deverão ser liquidadas de acordo com as regras aqui prescritas. Quando uma empresa com personalidade jurídica se enquadrar nos critérios acima ou for claramente esperado que se torne insolvente, o devedor poderá ser reorganizado de acordo com as regras aqui prescritas.	Article 2 Where enterprise with legal person status is unable to pay off debts falling due and the debtor's asset fails to meet the debts or the debtor lacks obvious ability to pay off the debts, all debts shall be liquidated in accordance with rules prescribed herein. Where enterprise with legal person status meets the abovementioned tests or it could be obviously expected to become insolvent, the debtor may be reorganized in accordance with rules prescribed herein.
Artigo 3 O caso de insolvência será julgado pelo Tribunal Popular do domicílio do devedor.	Article 3 Insolvency case shall be heard by the People's Court where the debtor is domiciled.
Artigo 4 Na ausência de regra pertinente nesta Lei aplicável ao caso de insolvência, aplicar-se-ão, por referência, as disposições da Lei de Litígios Cíveis.	Article 4 Where there is no relevant rule in this Law applicable to the insolvency case, rules prescribed in Civil Litigation Law shall be applied for reference.
Artigo 5 Os procedimentos de insolvência iniciados de acordo com esta Lei vinculam-se aos bens do devedor	Article 5 Insolvency procedures commenced in accordance with this Law is bounding to debtor's property located outside the

localizados fora do território da República Popular da China (RPC). Quando o veredicto ou decisão proferida por tribunal estrangeiro, envolvendo bens do devedor dentro do território da RPC, exigir aceitação e execução pelo Tribunal Popular, este poderá, com base em petição ou solicitação pertinente, proferir decisão de aceitação e execução em conformidade com os acordos internacionais dos quais a RPC seja parte ou, após verificar a decisão estrangeira com base no princípio da reciprocidade, confirmar que não há violação dos princípios fundamentais das Leis da RPC, nenhum prejuízo à soberania, segurança e interesses públicos sociais do Estado, nem dano aos direitos e interesses legítimos dos credores na RPC.	territory of the People's Republic of China (the P.R.C.). Where the verdict or ruling entered into by foreign court involving the debtor's property within P.R.C.'s territory requires the acceptance and execution by People's Court, People's Court could based upon relevant petition or requests, render the ruling of acceptance and execution in compliance with the international agreements to which P.R.C. is a party or after checking the foreign verdict or ruling based on mutual reciprocity principle ascertains that there is no violation of basic principles of P.R.C. Laws, no detriment to state sovereignty, security and social public interests, no harm to the legitimate rights and interests of creditors in P.R.C..
Artigo 6 Ao julgar o caso de insolvência, o Tribunal Popular deverá salvaguardar os direitos e interesses legítimos dos empregados da empresa insolvente em conformidade com a lei e responsabilizar os administradores da empresa insolvente pelas obrigações que lhes cabem, de acordo com a lei.	Article 6 Hearing the insolvency case, the People's Court shall safeguard the legitimate rights and interests of the employees of the insolvent enterprise in conformity with law and bring officers of the insolvent enterprise to liabilities they shall bear in accordance with law.
CAPÍTULO 2 PETIÇÃO DE INSOLVÊNCIA E ACEITAÇÃO DO CASO DE INSOLVÊNCIA SEÇÃO 1 PEDIDO DE INSOLVÊNCIA	CHAPTER 2 PETITION FOR INSOLVENCY AND ACCEPTANCE OF INSOLVENCY CASE SECTION 1 PETITION FOR INSOLVENCY
Artigo 7 Quando o devedor atender aos critérios estipulados no Artigo 2 desta Lei, poderá apresentar petição de reorganização, composição ou liquidação ao Tribunal Popular. Quando o devedor não puder quitar dívidas vencidas, seus credores poderão	Article 7 Where the debtor meets the tests stipulated in Article 2 of this law, it may file petition for Reorganization, composition, or liquidation with the People's Court. Where the debtor is unable to pay off debts falling due, its creditors may file

apresentar petição de reorganização ou liquidação ao Tribunal Popular. Quando o devedor com personalidade jurídica for dissolvido sem ter sido liquidado, ou com liquidação pendente, e seus ativos não forem suficientes para quitar as dívidas vencidas, os responsáveis pela liquidação da empresa deverão apresentar petição de liquidação ao Tribunal Popular. Artigo 8 Quando um devedor ou credor apresentar pedido de insolvência ao Tribunal Popular, o requerente deverá submeter um Formulário de Pedido de Insolvência e as provas pertinentes ao tribunal. Ao apresentar a petição de insolvência, as provas relevantes deverão ser entregues ao Tribunal Popular. A petição de insolvência deverá incluir os seguintes pontos: (1) Situação básica do requerente e do requerido; (2) Finalidade da petição; (3) Fatos e fundamentos da petição; (4) Outros assuntos que o Tribunal Popular considere apropriados. Quando a petição for apresentada pelo devedor, este deverá entregar ao Tribunal Popular uma especificação de seus bens, uma lista detalhada de dívidas e créditos, relatórios financeiros e contábeis relevantes, plano de realocação dos empregados a ser adotado, pagamento dos salários e das contribuições de seguro social dos empregados.	petition for reorganization or liquidation with the People's Court. Where debtor with legal person status is dissolved without being liquidated or with pending liquidation and its assets fail to meet debts falling due, those responsible for liquidating the enterprise shall file liquidation petition with the People's Court. Article 8 When a debtor or creditor files an application for insolvency with the People's Court, the applicant shall submit an Application Form for Insolvency Case and relevant evidence to the court. Upon filing petition for insolvency, relevant evidences shall be submitted to the People's Court. Insolvency petition shall include following issues: (1) Basic situation of petitioner and petitionee; (2) Purpose of filing petition; (3) Facts and grounds of petitioning; (4) Other matters the People's Court deems as appropriate. Where the petition is filed by the debtor, the debtor shall submit to the People's Court a specification on its property, a detailed list of debts and credits, relevant financial and accounting reports, employee's resettlement scheme to be adopted, payment of employees wages and social insurance premium.
--	--

Artigo 9 O requerente poderá retirar a petição de insolvência antes de o caso ser aceito pelo Tribunal Popular. SEÇÃO 2 ACEITAÇÃO DO CASO DE INSOLVÊNCIA Artigo 10 O Tribunal Popular deverá notificar o devedor no prazo de 5 dias após receber a petição de insolvência apresentada pelo credor. O devedor insatisfeito poderá apresentar oposição ao Tribunal Popular no prazo de 7 dias após receber a notificação. O Tribunal Popular deverá decidir aceitar ou não o caso no prazo de 10 dias após o término do referido prazo de 7 dias. O Tribunal Popular deverá decidir se aceita ou não a petição de insolvência no prazo de 15 dias após recebê-la, nas circunstâncias diferentes das prescritas no parágrafo anterior. Quando circunstâncias especiais exigirem a prorrogação do prazo de aceitação, este poderá ser estendido por mais 15 dias, mediante aprovação prévia do Tribunal Popular superior. Artigo 11 O Tribunal Popular deverá notificar o requerente da decisão de aceitação do caso no prazo de 5 dias após proferir a decisão. Quando a petição for apresentada por credor, o Tribunal Popular deverá notificar o devedor da decisão no prazo de 5 dias após proferi-la. O devedor deverá entregar ao Tribunal Popular uma especificação de seus bens, uma lista detalhada de dívidas e créditos, relatórios financeiros e contábeis relevantes, plano de realocação dos	Article 9 The petitioner may withdraw the insolvency petition before the case is accepted by the People's Court. SECTION 2 ACCEPTANCE OF INSOLVENCY CASE Article 10 The People's Court shall notify the debtor within 5 days upon receiving the insolvency petition filed by the creditor. The disgruntled debtor may raise opposition with People's Court within 7 days upon receiving the notification. The People's court shall rule to accept the case or not within 10 days upon the expiration of aforesaid 7 days. The People's Court shall rule whether to accept the insolvency petition or not within 15 days upon receiving the petition under circumstances other than those prescribed in previous paragraph Where special circumstances entail the extension of abovementioned case acceptance period, it could be extended by 15 days if prior approval obtained from higher People's Court. Article 11 The People's Court shall serve ruling of accepting the case to the petitioner within 5 days upon making the ruling. Where the petition is filed by creditor, The People's Court shall serve the ruling to the debtor within 5 days upon making it. The debtor shall submit to the People's Court a specification on its property, a detailed list of debts and credits, relevant financial and accounting reports, employees' resettlement scheme to be adopted,
---	--

empregados a ser adotado, pagamento dos salários e das contribuições de seguro social dos empregados. Artigo 12 O Tribunal Popular deverá notificar o requerente da decisão de não aceitação do caso, indicando os motivos, no prazo de 5 dias após a decisão. O requerente que não concordar com a decisão poderá recorrer ao Tribunal Popular superior no prazo de 10 dias após receber a notificação. Quando o Tribunal Popular, após aceitar o caso mas antes de declarar o devedor insolvente, verificar que o devedor não atende aos critérios exigidos pelo Artigo 2 desta Lei, o caso poderá ser julgado improcedente. O requerente poderá recorrer ao Tribunal Popular superior no prazo de 10 dias após receber a decisão, caso haja discordância. Artigo 13 O Tribunal Popular deverá nomear um Administrador no momento em que o caso for aceito. Artigo 14 O Tribunal Popular deverá notificar os credores conhecidos no prazo de 15 dias após a decisão de aceitação da petição de insolvência e deverá tornar pública a decisão. A notificação e o anúncio público deverão incluir os seguintes pontos: (1) Nome ou título do requerente e do requerido; (2) Data em que o caso de insolvência foi aceito;	payment of employee's wages and social insurance premium. Article 12 The People's Court shall serve the ruling not to accept the case with reasons indicated to the petitioner within 5 days upon the acceptance of the case. The petitioner in disagreement with the ruling may bring an appeal to the higher People's Court within 10 days upon receiving the ruling. Where the People's Court upon finding the debtor fails to meet the tests as required by article 2 of this law after accepting the case but before declaring the debtor insolvent, the case could be ruled to be dismissed. The petitioner may bring an appeal to the higher People's Court within 10 days upon receiving the ruling where there is any disagreement to the ruling. Article13 The People's Court shall appoint an Administrator at the time when the case is accepted. Article14 The People's Court shall notify the known creditors within 15 days after the ruling of accepting the insolvency petition is made and make a public announcement of the ruling. A notification and public announcement shall include the following matters: (1) Names or titles of the petitioner and petitionee; (2) Time when the insolvency case is accepted; (3) Time limit, place and points for attention when declaring claim;
--	--

(3) Prazo, local e observações para a declaração de créditos; (4) Nome ou título e local de negócios do Administrador; (5) Exigência de que o devedor do devedor efetue pagamento ao Administrador e que o detentor de bens do devedor entregue tais bens ao Administrador; (6) Data e local da primeira assembleia de credores; (7) Outros assuntos que o Tribunal Popular considere apropriados para notificação ou anúncio. Artigo 15 A partir da data em que a decisão do caso for notificada ao devedor até a data em que o procedimento for encerrado, o pessoal relevante do devedor deverá cumprir as seguintes obrigações: (1) Conservar adequadamente todos os bens, selos, livros contábeis, documentos, dados e outros itens sob sua posse e gestão; (2) Atuar conforme exigido pelo Tribunal Popular e pelo Administrador e responder às perguntas em estrita conformidade com os fatos; (3) Participar das assembleias de credores e responder às perguntas dos credores em estrita conformidade com os fatos; (4) Não se ausentar do domicílio sem obter	(4) Name or title and place of business of the administrator; (5) Requirement that the debtor's debtor make payment to the Administrator and holder of a debtor's property deliver the property to the Administrator; (6) Date and venue of the first convention of creditors meeting; (7) Other matters that the People's Court deems as appropriate to be notified or announced. Article 15 Starting from the date when the ruling of the case is served to the debtor to the date when the procedure is terminated, relevant personnel of the debtor shall bear the following obligations: (1) To appropriately keep all the property, seal, accounting books, documents, data, and other articles under possession and management; (2) To work as required by the People's Court and the Administrator and respond to inquiries in strict accordance with the facts; (3) To attend creditor's meetings and respond to inquiries from creditors in strict accordance with facts; (4) Not to leave the place of domicile without obtaining prior consent from the People's Court. (5) Not to be director, supervisor, superior officer of other enterprise. Relevant personnel prescribed in this article refer to legal representative of enterprise and those financial and accounting personnel as well as other
--	---

consentimento prévio do Tribunal Popular; (5) Não exercer funções de diretor, supervisor ou administrador superior em outra empresa. O pessoal relevante referido neste artigo inclui o representante legal da empresa, os responsáveis financeiros e contábeis, bem como outros gestores confirmados pelo Tribunal Popular. Artigo 16 Qualquer pagamento feito a credor específico após a aceitação do caso pelo Tribunal Popular é nulo. Artigo 17 Após o Tribunal Popular aceitar o caso de insolvência, o devedor do devedor deverá efetuar pagamento ao Administrador e o detentor de bens do devedor deverá entregá-los ao Administrador. Caso o devedor do devedor ou o detentor dos bens do devedor faça pagamento ou entrega diretamente ao devedor, violando intencionalmente o artigo anterior e causando prejuízo aos credores, a obrigação de pagamento ou entrega ao Administrador não será considerada cumprida. Artigo 18 Após o Tribunal Popular aceitar o caso de insolvência, o Administrador terá o direito de rejeitar ou aceitar contratos celebrados antes da aceitação do caso e ainda não cumpridos pelo devedor e sua contraparte. Se o Administrador não notificar a contraparte no prazo de 2 meses após a aceitação do caso de insolvência ou não responder no prazo de 30 dias a partir da	managerial personnel confirmed by the People's Court. Article 16 Payment made to any specific creditor after the case being accepted by the People's Court is void. Article 17 After the People's Court accepts the insolvency case, the debtor's debtor shall make payment to the Administrator and holder of a debtor's property shall deliver the property to the Administrator. Where debtor's debtor or holder of debtor's property make payment or delivery to the debtor by intentionally violating the previous article with the result of harm being caused to creditors, obligation to make payment or delivery to the administrator shall not be discharged. Article 18 After the People's Court accepts the insolvency case, the Administrator is entitled to reject or accept the contract entered into prior to the acceptance of the case and underperformed by debtor and its counterparty. Where the Administrator fails to notify the counterparty within 2 months since the acceptance of the insolvency case or fails to respond within 30 days from the date of receiving interpellation
---	---

data de recebimento de interpelação da contraparte, o contrato será considerado rejeitado.	from its counterparty, the contract shall be deemed as being rejected.
Artigo 19 Uma vez aceito o caso de insolvência pelo Tribunal Popular, todas as medidas judiciais tomadas contra os bens do devedor para fins de preservação, bem como todos os procedimentos de execução, deverão ser suspensos.	Article 19 Once the People's court accepts the insolvency case, all judiciary measures taken against the debtor's property for the purpose of preserving the property and all execution proceedings shall be stayed.
Artigo 20 Uma vez aceito o caso de insolvência pelo Tribunal Popular, os processos civis ou arbitrais pendentes envolvendo o devedor deverão ser suspensos. Somente após o Administrador assumir os bens do devedor a suspensão desses processos civis ou arbitrais poderá ser levantada.	Article 20 Once the People's court accepts the insolvency case, pending civil or arbitral cases involving the debtor shall be stayed; Only after the Administrator takes over the debtor's property shall the stay imposed upon the pending civil or arbitral cases be lifted.
Artigo 21 Uma vez aceito o caso, os processos civis envolvendo o devedor deverão ser apresentados perante o Tribunal Popular que aceitou a petição de insolvência.	Article 21 Once the case is accepted, civil cases involving debtor shall be brought before the People's Court accepting the insolvency petition.
CAPÍTULO 3 O ADMINISTRADOR	CHAPTER 3 THE ADMINISTRATOR
Artigo 22 O Administrador é nomeado pelo Tribunal Popular. A assembleia de credores poderá solicitar ao Tribunal Popular a substituição do administrador que não desempenhar suas funções e deveres de acordo com a lei de forma imparcial ou que não consiga cumprir as funções ou deveres obrigatórios. As regras sobre nomeação e remuneração do Administrador serão estabelecidas pelo Supremo Tribunal Popular.	Article 22 The Administrator is appointed by the People's Court. The creditors meeting may request the People's Court to replace the administrator who may not perform functions and duties in accordance with law in an impartial way or cannot live up to mandatory functions or duties. Rules on appointing and compensating the Administrator shall be made by Supreme People's Court.

Artigo 23 O Administrador deverá desempenhar suas funções e deveres em conformidade com esta Lei, reportar-se ao Tribunal Popular e aceitar a supervisão da assembleia de credores e do comitê de credores. O Administrador deverá comparecer e relatar à assembleia de credores sobre o desempenho de suas funções e responder às perguntas da assembleia. Artigo 24 Considerando a situação concreta do devedor e após consultar instituições sociais intermediárias relevantes, o Tribunal Popular poderá nomear como Administrador pessoa com conhecimento profissional e licença de prática correspondente. As seguintes circunstâncias desqualificam alguém para ser Administrador: (1) Ter sofrido pena criminal por crimes cometidos intencionalmente; (2) Ter tido sua licença revogada; (3) Ser parte interessada no caso; (4) Outras circunstâncias que o Tribunal Popular considere como desqualificantes. A pessoa física que atuar como Administrador deverá estar coberta por seguro de responsabilidade profissional. Artigo 25 O Administrador exerce as seguintes funções e deveres:	Article 23 The Administrator shall perform functions and duties in accordance with this Law, report to the People's Court and accept the supervision from creditors meeting and creditors committee. The Administrator shall attend and report to creditors meeting on the performance of its duties and answer inquiries from creditors meeting. Article 24 In light of the actual situations of the debtor and after soliciting opinions from relevant social intermediary institutions, the People's Court may appoint member on it with related professional expertise and practice license to be the Administrator. Following circumstances disqualify to be the Administrator: (1) Once bearing criminal penalties due to committing crimes intentionally; (2) License once being revoked ; (3) Being an interested party to the case ; (4) Other circumstances the People's Court deems as disqualified. Natural person being the Administrator shall be covered by the Professional Liability Insurance. Article 25 The Administrator performs the following functions and duties:
--	--

(1) Assumir os bens do devedor, selos, livros contábeis, documentos, dados e outros itens; (2) Investigar e elaborar relatórios sobre os bens do devedor; (3) Tratar dos assuntos internos e de gestão; (4) Decidir sobre as despesas rotineiras e outras necessárias do devedor; (5) Decidir sobre a continuidade ou encerramento das operações antes da primeira assembleia de credores; (6) Administrar e dispor dos bens do devedor; (7) Participar de litígios, arbitragens ou outros procedimentos legais em nome do devedor; (8) Propor a convocação da assembleia de credores; (9) Outras funções e deveres que o Tribunal Popular considere apropriados. As regras sobre funções e deveres do Administrador previstas de forma diversa nesta Lei prevalecerão. Artigo 26 O Administrador deverá obter consentimento prévio do Tribunal Popular caso decida continuar ou encerrar as operações do devedor, ou em circunstâncias previstas no artigo 69, antes da primeira assembleia de credores.	(1) Takes over the debtor's property, seals, accounting books, documents, data and other articles; (2) Investigates and formulates reports on the debtor's property; (3) Deals with the internal and management affairs; (4) Decides the debtor's routine and other necessary expenses; (5) Decides to continue or close the business operation prior to the first convention of creditors meeting; (6) Manages and disposes of the debtor's property; (7) Participates in the litigation, arbitration or other legal proceedings on behalf of the debtor; (8) Proposes the convention of creditors meeting; (9) Other functions and duties deemed as appropriate by the People's Court. Rules regarding the Administrator's functions and duties stated otherwise in this Law shall prevail. Article 26 Prior consent from the People's Court shall be obtained if the Administrator decide to continue or close the debtor's business operation or circumstances covered under article 69 occur prior to the first convention of creditor meeting.
---	--

Artigo 27 O Administrador deverá desempenhar suas funções e deveres com diligência e lealdade. Artigo 28 O Administrador poderá nomear o pessoal de trabalho necessário, desde que obtenha consentimento prévio do Tribunal Popular. A remuneração paga ao Administrador será decidida pelo Tribunal Popular. Caso haja discordância da assembleia de credores quanto à remuneração fixada pelo tribunal, esta poderá ser submetida ao Tribunal Popular. Artigo 29 É proibido ao Administrador renunciar sem justificativa. A renúncia ao cargo de Administrador requer aprovação prévia do Tribunal Popular.	Article 27 The Administrator shall perform functions and duties with due diligence and loyalty. Article 28 The Administrator may appoint necessary working personnel provided prior consent obtained from the People's Court. Compensation paid to the Administrator shall be decided by the People's Court. Disagreement over the court-decided compensation from the creditors meeting could be brought before the People's Court. Article 29 The Administrator is prohibited from resigning without justifications. Resignation from being the Administrator requires the prior approval from the People's Court.
CAPÍTULO 4 OS BENS DO DEVEDOR Artigo 30 Os bens do devedor incluem os bens que lhe pertencem no momento da aceitação do caso de insolvência e aqueles adquiridos após a aceitação do caso, mas antes da conclusão do processo de insolvência. Artigo 31 O Administrador deverá solicitar ao Tribunal Popular a recuperação das seguintes atividades realizadas dentro de 1 ano após a aceitação do caso de insolvência: (1) Transferência de bens sem contraprestação;	CHAPTER 4 THE DEBTOR'S PROPERTY Article 30 The debtor's property includes property belonging to the debtor when the insolvency case is accepted and acquired subsequent to the acceptance of the case but prior to the termination of the insolvency proceeding. Article 31 The Administrator shall request the People's Court to retrieve the following activities falling within 1 year upon the acceptance of the insolvency case: (1) Transferring property without consideration;

(2) Transações de bens a preços manifestamente desarrazoados; (3) Concessão de garantia para dívida originalmente não garantida; (4) Pagamento de dívidas não vencidas; (5) Renúncia a créditos.	(2) Transacting property at obviously unreasonable prices; (3) Providing security for unsecured debt; (4) Paying undue debts; (5) Releasing claims.
Artigo 32 O Administrador deverá solicitar ao Tribunal Popular a revogação de pagamentos feitos a credor específico dentro de 6 meses após a ocorrência da situação prevista no parágrafo 1 do Artigo 2, salvo se o pagamento específico for benéfico ao patrimônio do devedor.	Article 32 The Administrator shall request the People's Court to recall payment to the specific creditor made within 6 months upon the occurrence of scenario stated in paragraph 1 of article 2 unless specific payment is beneficial to the debtor's property.
Artigo 33 São nulas as seguintes atividades envolvendo os bens do devedor: (1) Ocultar ou transferir bens com o propósito de evitar dívidas; (2) Fabricar dívidas ou reconhecer dívidas fictícias.	Article 33 The following activities involving the debtor's property is void: (1) Hiding, transferring property for the purpose of avoiding debts; (2) Fabricating debts or recognizing fabricated debts.
Artigo 34 O Administrador deverá recuperar os bens do devedor obtidos por meio das atividades previstas nos Artigos 31, 32 ou 33.	Article 34 The Administrator shall recover the debtor's property obtained through activities stipulated in Article31, Article32 or Article33.
Artigo 35 Quando o sócio ou acionista do devedor deixar de integralizar a quota ou ação subscrita após a aceitação do caso, o Administrador deverá exigir que o sócio ou acionista complete a integralização, sem estar limitado ao prazo	Article 35 Where capital contributor of the debtor fails to contribute to the share he subscribed for after the case being accepted, the Administrator shall require the capital contributor to make

originalmente fixado para a contribuição de capital.	up the balance without being restricted to the capital contribution period limit.
Artigo 36 O Administrador deverá recuperar qualquer renda incomum obtida e bens apropriados indevidamente pelo diretor, supervisor ou outros administradores do devedor que tenham se aproveitado de suas posições.	Article 36 The Administrator shall recover any unusual income acquired and property misappropriated by the director, supervisor and other managerial officers of the debtor by taking advantages of their positions.
Artigo 37 O Administrador poderá recuperar os bens dados em penhor ou sob garantia real, seja quitando a dívida garantida ou oferecendo garantia aceita pelo credor após a aceitação do caso. Quando o valor dos bens penhorados ou sob garantia for inferior ao da dívida garantida, o valor do pagamento ou da garantia substitutiva mencionado no parágrafo anterior deverá ser calculado pelo valor de mercado.	Article 37 The administrator may recover the pledged assets, assets under lien either by paying off the pledged or lien debts or providing security acceptable to the creditor after the case being accepted. Where the value of the pledged or lien assets is below that of the secured debt, the value of payment and substitute security stated in previous paragraph shall be calculated by its market value.
Artigo 38 O proprietário dos bens ocupados pelo devedor poderá reavê-los por meio do Administrador, salvo disposição em contrário nesta Lei.	Article 38 Owner of the property occupied by the debtor may take back it property through the Administrator unless provided otherwise herein this Law.
Artigo 39 Quando, na data da aceitação do caso de insolvência, o objeto já tiver sido despachado pelo vendedor e o devedor não tiver pago integralmente o preço, e o objeto ainda não tiver sido recebido pelo devedor, o vendedor poderá reaver o objeto em trânsito. Alternativamente, o Administrador poderá quitar o preço integral e exigir que o vendedor entregue o objeto.	Article 39 Where when the insolvency case is accepted and the subject matter the seller has already dispatched and for which the debtor has not paid the full price is not received by the debtor, the seller may take back the subject matter that is under delivery. Alternatively the Administrator may pay off the full price and request the seller to deliver the subject matter.

Artigo 40 O credor que tenha dívida para com o devedor antes da aceitação da petição de insolvência poderá compensá-la junto ao Administrador. A compensação não será permitida nas seguintes circunstâncias: (1) O credor adquiriu crédito do devedor contra terceiro após a aceitação da petição de insolvência; (2) O credor contraiu dívida com o devedor sabendo que este não conseguia pagar dívidas vencidas ou havia peticionado insolvência, salvo dívidas contraídas por razões previstas em lei ou até um ano antes da petição de insolvência; (3) O devedor do devedor adquiriu crédito contra o devedor sabendo que este não conseguia pagar dívidas vencidas ou havia peticionado insolvência, salvo dívidas contraídas por razões previstas em lei ou até um ano antes da petição de insolvência. CAPÍTULO 5 CUSTOS DA INSOLVÊNCIA E DÍVIDAS COMUNS Artigo 41 Constituem custos da insolvência os dispêndios incorridos, nos termos desta Lei, após a aceitação do caso: (1) Custas e demais despesas judiciais do processo de insolvência; (2) Despesas com administração, avaliação e distribuição dos bens do devedor;	Article 40 Creditor who owes debt to the debtor prior to the acceptance of the petition for insolvency may be offset to the Administrator. Offset is not allowed under any of the following circumstances: (1) Creditor gets claim owned by the debtor to third party after petition for insolvency is accepted; (2) Creditor runs into debt to the debtor with the knowledge that the debtor fails to pay debts falling due or petitions for insolvency; unless debts incurred due to reasons provided in law or one year before petitioning for insolvency; (3) Debtor of the debtor acquires claim to debtor with the knowledge that the debtor fails to pay debts falling due or petitions for insolvency; unless debts incurred due to reasons provided in law or one year before petitioning for insolvency; CHAPTER 5 INSOLVENCY COST AND COMMON DEBT Article 41 Costs incurred hereunder after case being accepted are insolvency costs: (1) Litigation cost of the insolvency case; (2) cost for administration, appraisal and distribution of the debtor's property; (3) Remuneration and compensation for the Administrator to perform functions and duties as well as costs for employing working personnel by the Administrator.
--	--

(3) Remuneração e indenizações devidas ao Administrador pelo exercício de suas funções e encargos, bem como os custos com a contratação de pessoal auxiliar pelo Administrador. Artigo 42 Constituem dívidas comuns, nos termos desta Lei, as seguintes dívidas contraídas após a aceitação do caso: (1) Dívidas decorrentes de requerimento, pelo Administrador ou pelo devedor, de cumprimento das obrigações contratuais ainda não adimplidas por ambas as partes; (2) Dívidas decorrentes de serviços prestados voluntariamente em benefício do patrimônio do devedor; (3) Dívidas decorrentes de enriquecimento sem causa em favor do patrimônio do devedor; (4) Indenizações e contribuições de seguro social pagas em razão da continuidade da atividade empresarial do devedor, bem como as dívidas delas resultantes; (5) Dívidas por danos pessoais (lesão corporal) causados pelo Administrador ou por pessoas a ele vinculadas, no desempenho de suas funções; (6) Dívidas por danos pessoais (lesão corporal) causados pelos bens do devedor.	Article 42 The following debts incurred hereunder after case being accepted are common debts: (1) Debts incurred due to requesting the contractual counterparty by the Administrator or debtor to perform debts underperformed by both sides; (2) Debts incurred from voluntary service to the debtor's property; (3) Debts incurred from unjust enrichment to the debtor's property; (4) Compensation and premium for social insurance paid for continued operation of the debtor's business and debts incurred as a result thereof; (5) Physical injury debt caused by the Administrator or relevant personnel during the performance of functions and duties; (6) Physical injury debt caused by the debtor's property.
---	--

Artigo 43 Os custos da insolvência e as dívidas comuns devem ser pagos de imediato com os bens do devedor. Se o patrimônio do devedor não for suficiente para pagar integralmente os custos da insolvência e as dívidas comuns, os custos da insolvência terão prioridade de pagamento. Se o patrimônio do devedor for insuficiente para quitar integralmente os custos da insolvência ou as dívidas comuns, o pagamento será efetuado proporcionalmente (pro rata). Se o patrimônio do devedor for insuficiente para pagar os custos da insolvência, o Administrador deverá requerer ao Tribunal Popular a extinção do processo de insolvência. O Tribunal Popular deverá decidir sobre a extinção do processo de insolvência no prazo de 15 dias a contar do recebimento do pedido. CAPÍTULO 6 DECLARAÇÃO DE CRÉDITOS Artigo 44 Os credores dos quais o devedor seja devedor à época da aceitação do caso deverão exercer seus direitos de acordo com os procedimentos previstos nesta Lei. Artigo 45 Após a aceitação do caso, o Tribunal Popular fixará um prazo para a declaração de créditos. Esse prazo não será inferior a 30 dias nem superior a 3 meses.	Article 43 Insolvency costs and common debts shall be paid off instantly from the debtor's property. Where a debtor's property is insufficient to pay off the insolvency costs and common debts, the costs for insolvency shall be paid off in priority. Where the debtor's property is insufficient to pay off the insolvency costs or common debts, payments should be made on pro rata basis. Where the debtor's property is insufficient to pay off the insolvency costs, the Administrator shall apply to the People's Court for termination of the insolvency proceeding. The People's Court shall rule to terminate the insolvency proceeding within 15 days after receiving the application. CHAPTER 6 CLAIM DECLARATION Article 44 The creditor to whom the debtor owns when the case is accepted shall exercise its right in accordance with proceedings prescribed herein this Law. Article 45 After the case being accepted the People's Court shall confirm a time limit for claim declaration. The time limit shall be no less than 30 days and no more than 3 months.
---	--

Artigo 46 Os créditos não vencidos consideram-se vencidos na data de aceitação do caso. Os juros sobre os créditos deixarão de correr a partir da aceitação do caso. Artigo 47 Podem ser declarados os créditos condicionais, os créditos a termo e os créditos pendentes de ação judicial ou de arbitragem. Artigo 48 O credor deverá declarar seu crédito ao Administrador dentro do prazo fixado pelo Tribunal Popular. Salvo necessidade de declaração, serão arrolados e publicados pelo Administrador, após verificação, os seguintes créditos trabalhistas devidos pelo devedor aos empregados: salários, despesas médicas, indenizações por danos pessoais e por invalidez, indenizações devidas à família do falecido, contribuições básicas de previdência e de seguro de saúde a serem depositadas nas contas individuais dos empregados, bem como outras verbas devidas aos empregados nos termos da lei e dos regulamentos administrativos. O empregado que discordar da relação de créditos trabalhistas poderá requerer ao Administrador a sua retificação. Se o Administrador recusar a retificação, o empregado poderá propor ação perante o Tribunal Popular. Artigo 49 O credor deverá, por escrito, indicar o valor do crédito e a existência de garantias, juntando os documentos	Article 46 Immature claims shall be deemed mature at the time when case is accepted. Interests on the claims shall cease to be counted when case is accepted. Article 47 Contingent claim, claim with time limit and pending claims under litigation or arbitration may be declared. Article 48 Creditor shall declare claim to the Administrator within the time limit confirmed by the People's Court. Wages, medical fee, physical injury and disability compensations, compensations for a bereaved family owed by the debtor to the employees, basic pension and medical insurance premium payable by the debtor to the employees' private account, other compensations payable by the debtor to the employees in accordance with law and administrative rules and regulations are exempt from being declared but shall be listed and announced by the Administrator upon checking. Employee in disagreement as to the labor claim list may require the Administrator to correct. Where the Administrator refuses to correct, employee may bring lawsuit before the People's Court. Article 49 The creditor shall explain in written the amount and security provision of the claim with relevant evidences
---	---

comprobatórios pertinentes. Deverá mencionar se o crédito é solidário.	submitted. Joint and several claims shall be indicated.
Artigo 50 Os créditos solidários poderão ser declarados conjuntamente ou por um dos credores em nome de todos.	Article 50 Joint and several claims could either be declared jointly or by one on behalf of all creditors.
Artigo 51 O fiador ou os coobrigados do devedor, após pagarem o débito devido pelo devedor, poderão declarar créditos até o montante pago. O fiador ou os coobrigados do devedor poderão declarar o crédito futuro decorrente do direito de regresso, mesmo antes de terem efetuado o pagamento pelo devedor, salvo se o credor já tiver declarado o valor integral do crédito ao Administrador.	Article 51 Guarantor or joint debtors of the debtor after paying off the debts owed by the debtor may declare claims within the paid-up amount. Guarantors or joint debtors of the debtor may declare the future subrogation claim without paying off the debts for the debtor, unless the creditor has declared the full amount of claim to the Administrator.
Artigo 52 Se o procedimento de insolvência for estendido a coobrigados solidários, os credores poderão declarar integralmente seus créditos em cada processo de insolvência, separadamente.	Article 52 Where insolvency proceedings are ruled being applied to several and joint debtors, creditors may declare claims in full amount in each insolvency case separately.
Artigo 53 Se o Administrador ou o devedor resolver o contrato nos termos desta Lei, o crédito indenizatório decorrente ou relacionado a essa resolução poderá ser declarado pelo credor lesado.	Article 53 Where the Administrator or debtor dissolve the contract in accordance with provisions stated herein, damages claim arising thereof or in connection therewith may be declared by the aggrieved party.
Artigo 54 Se o mandatário do devedor, sem ter conhecimento da instauração do procedimento de insolvência contra o devedor, continuar a atuar nos negócios que lhe foram confiados, os créditos daí decorrentes poderão ser declarados.	Article 54 Where the agent of the debtor without the knowledge of the application of insolvency proceeding to the debtor continue to handle the entrusted matters, claims arising thereof may be declared.

Artigo 55 Se o procedimento previsto nesta Lei for instaurado contra o devedor na qualidade de sacador de título de crédito, o pagamento ou a aceitação do título pelo sacado poderá ser declarado como crédito.	Article 55 Where procedure prescribed herein this Law is ruled to be applied to the debtor as the bill drawer, payment or acceptance of the bill by the drawee may be declared as claims.
Artigo 56 Os créditos não declarados dentro do prazo fixado pelo Tribunal Popular poderão ser declarados até antes da distribuição final dos bens da massa; a distribuição já realizada antes da declaração não será afetada. Os custos decorrentes da verificação e do reconhecimento de créditos declarados tardiamente serão suportados pelo próprio declarante. O credor que deixar de declarar seu crédito fica impedido de exercer os direitos previstos nesta Lei.	Article 56 Claims without being declared within the time limit confirmed by the People's Court may be declared prior to the last distribution of insolvent property; however, distribution made prior to the declaration will not be affected. Costs arising out of checking and confirming late declared claims shall be borne by the declaring party. Creditor failing to declare claim is prohibited from exercising rights prescribed herein.
Artigo 57 Após receber a documentação relativa às declarações de créditos, o Administrador deverá registrar as informações, examinar os créditos declarados e elaborar a relação de créditos. A relação de créditos e a documentação pertinente ficarão em poder do Administrador para consulta pelas partes interessadas.	Article 57 After receiving declarations materials with regard to creditor's rights, the Administrator shall register the materials on claims declaration, examine the declared claims and formulate the claims list. The claim list and the materials on claims declaration shall be kept by the Administrator for interested parties to refer to.
Artigo 58 A relação de créditos elaborada nos termos do Artigo 57 será submetida à primeira assembleia de credores para verificação. Em caso de divergência levantada pelo devedor ou por credores, o Tribunal	Article 58 The claims list made in accordance with Article 57 shall be submitted to the first creditors meeting for verification. Where there is disagreement from the debtor and creditors, the People's Court shall rule to confirm claims list.

Popular decidirá sobre a confirmação da relação de créditos. Se houver litígio quanto à relação de créditos por parte de devedor ou credor, poderá ser apresentada reclamação ao Tribunal Popular que aceitou o caso. CAPÍTULO 7 ASSEMBLEIA DE CREDITORES SEÇÃO 1 DISPOSIÇÕES GERAIS Artigo 59 São membros da assembleia de credores os credores que tenham declarado seus créditos nos termos da lei, sendo-lhes assegurado o direito de participar das assembleias e de votar. O credor cujo crédito ainda não tenha sido reconhecido não poderá exercer o direito de voto, salvo se o Tribunal Popular puder reconhecer o crédito provisoriamente apenas para fins de votação. O credor com garantia real sobre bem específico não terá direito de voto sobre as matérias dos itens (7) e (10) do § 1º do Artigo 61, enquanto não renunciar ao direito de preferência. O credor poderá constituir mandatário para participar da assembleia de credores e exercer o direito de voto. O mandatário deverá apresentar a procuração ao Tribunal Popular ou ao presidente da assembleia de credores. A assembleia de credores contará com representante dos empregados e do sindicato, que poderão se manifestar sobre matérias de seu interesse. Artigo 60 A assembleia de credores terá um presidente, designado pelo Tribunal Popular dentre os credores com direito de voto.	Where there is dispute over claims list by a debtor or creditor, complaint could be brought before the People's Court accepting the case. CHAPTER 7 CREDITORS MEETING SECTION 1 GENERAL PROVISIONS Article 59 Members on the creditors meeting refer to creditors with their claims declared in accordance with law and they are entitled to attend the creditors meeting with right to vote. The creditor with claim not being confirmed is prohibited from exercising voting right unless the People's Court could confirm claim temporarily only for the purpose of exercising voting right. The secured creditor has no voting right over matters listed (7) and (10) in first paragraph of article 61 before right to be paid in priority is disclaimed. The creditor may entrust his agent to attend the creditors meeting and exercise the voting right. The agent shall submit letter of attorney to the People's Court or chairman of creditors meeting. The creditors meeting shall have representative of the employees and labor union to attend and voice their opinions to matters of their concern. Article 60 A creditors' meeting has one chairman. The chairman shall be designated by the People's Court from the creditors with voting right.
--	--

Compete ao presidente presidir os trabalhos da assembleia de credores.	Chairman of the creditors meeting is empowered to preside over the creditors meeting.
Artigo 61 Compete à assembleia de credores exercer as seguintes atribuições: (1) Verificar e conferir os créditos; (2) Requerer ao Tribunal Popular a substituição do Administrador e deliberar sobre a remuneração e indenização do Administrador; (3) Fiscalizar a atuação do Administrador; (4) Eleger e substituir os membros do comitê de credores; (5) Deliberar sobre a continuação ou o encerramento das atividades empresariais do devedor; (6) Aprovar o plano de reorganização; (7) Aprovar o acordo de composição; (8) Aprovar o plano de administração dos bens do devedor; (9) Aprovar o plano de realização (alienação) dos bens da massa; (10) Aprovar o plano de distribuição dos bens da massa; (11) Deliberar sobre outras matérias que o Tribunal Popular entenda devam ser decididas pela assembleia de credores.	Article 61 The creditors meeting perform the following functions and powers: (1) Checking claims; (2) Requesting the People's Court to replace the Administrator, checking the remuneration and compensation of the Administrator; (3) Supervising the Administrator; (4) Selecting and replacing members of the creditors committee; (5) Deciding to continue or close the debtor's business; (6) Adopting Reorganization plan; (7) Adopting composition agreement; (8) Adopting management plan on the debtor's property; (9) Adopting realization plan on the insolvent property; (10) Adopting distribution plan on the insolvent property; (11) Other matters the People's Court holds to be decided by the creditors' meeting. A creditors' meeting shall formulate resolutions upon the discussed matters in the form of memorandum.

As deliberações da assembleia de credores sobre as matérias discutidas serão formalizadas em atas ou memorandos. Artigo 62 A primeira assembleia de credores será convocada pelo Tribunal Popular no prazo de 15 dias após o término do prazo para declaração de créditos. As assembleias subsequentes serão convocadas quando o Tribunal Popular julgar necessário ou mediante proposta do Administrador, do comitê de credores ou de credores que representem, no mínimo, um quarto do total dos créditos. Artigo 63 O Administrador deverá notificar os credores conhecidos com antecedência mínima de quinze dias da data de realização da assembleia de credores. Artigo 64 As deliberações da assembleia de credores considerar-se-ão aprovadas quando mais da metade dos credores com direito de voto presentes à assembleia, representando mais da metade do total dos créditos quirografários, votarem favoravelmente, salvo disposição em contrário desta Lei. O credor que entender que uma deliberação da assembleia viola a lei e prejudica seus interesses poderá requerer ao Tribunal Popular, no prazo de quinze dias contados da aprovação, que a revogue e determine a nova deliberação pela assembleia. As deliberações aprovadas pela assembleia de credores vinculam todos os credores.	Article 62 The first creditors meeting shall be convened by the People's Court within 15 days after expiration of the time limit for the claim declaration. Meetings afterwards are convened as the People's Court deems necessary or upon proposals made to the chairman of the creditors meeting by the Administrator, the creditors committee, creditors with claim amounting to more than one-fourth of the total. Article 63 The Administrator shall notify the known creditors fifteen days in advance of the convention of creditors' meeting. Article 64 Resolutions made at a creditors meeting may be deemed as being adopted provided more than half of the creditors with voting right and present at the meeting whose claim exceeds half of the total unsecured claims adopt it or unless provided otherwise herein this Law. Creditor with the belief that resolution made at creditors meeting violates the law and impairs his interests may within fifteen days upon the adopting of the resolution apply to the People's Court to revoke the resolution and order the creditors meeting to remake a resolution. Resolutions adopted at creditors meetings is binding to all creditors.
--	---

Artigo 65 As matérias previstas nos itens 8 e 9 do § 1º do Artigo 56 que não forem resolvidas pela assembleia de credores serão decididas pelo Tribunal Popular. As matérias previstas no item 10 do § 1º do Artigo 56 que não forem resolvidas pela assembleia de credores serão decididas pelo Tribunal Popular. O Tribunal Popular poderá proferir suas decisões sobre as matérias dos dois parágrafos anteriores durante a assembleia de credores ou 24oloca24a-las posteriormente aos credores.	Article 65 Matters listed in Item 8, 9, Paragraph One of Article56 failing to be resolved by the creditors meeting shall be ruled by the People’s Court. Matter listed in Item 10 Paragraph One of Article 56 without failing to be resolved by the creditors meeting shall be ruled by the People’s Court. The People’s Court may announce its ruling on matters prescribed in the previous two Paragraphs at the creditors meeting or may notify the creditors later.
Artigo 66 O(s) credor(es) que detenha(m) mais da metade dos créditos quirografários e que discorde(m) da decisão proferida pelo Tribunal Popular nos termos do § 2º do Artigo 65 poderá(ão) requerer a revisão dessa decisão ao próprio Tribunal Popular, no prazo de 15 dias contados de sua publicação ou do recebimento da decisão. A revisão não suspende os efeitos da decisão.	Article 66 The creditor(s) with their(its) claim amounting to more than half of the unsecured claim in disagreement with the ruling made by the People’s Court according to second Paragraph of article 65 may apply to the same People’s Court for reviewing the ruling within 15 days upon the announcement of the ruling or after receiving the ruling. The ruling is not affected by the review.
SEÇÃO 2 COMITÊ DE CREDITORES	SECTION 2 CREDITORS COMMITTEE
Artigo 67 A assembleia de credores poderá instituir um comitê de credores. O comitê será composto por representantes de credores designados pela assembleia e por um representante dos empregados ou do sindicato. O número de membros do comitê de credores não poderá exceder nove. A indicação dos membros do comitê de credores deve ser aprovada por escrito pelo Tribunal Popular.	Article 67 The creditors meeting may establish creditors committee. The creditors committee shall be composed of creditor’s representative appointed by creditors meeting and one representative from the debtor’s employees or labor union. Members on the creditors committee shall be no more than 9. The appointment of members on the creditors committee is subject to

Artigo 68 Compete ao comitê de credores exercer as seguintes funções e poderes: (1) Fiscalizar a administração e a disposição dos bens do devedor; (2) Fiscalizar a distribuição dos bens da massa; (3) Propor a convocação de assembleias de credores; (4) Exercer outros poderes que lhe sejam delegados pela assembleia de credores. O comitê de credores tem o direito de exigir que o Administrador ou o pessoal relevante do devedor prestem esclarecimentos ou forneçam documentos pertinentes, dentro do âmbito de suas funções e deveres, conforme necessário para o exercício de suas atribuições. Se o Administrador ou o pessoal relevante do devedor, em violação desta Lei, recusar-se a aceitar a fiscalização, o comitê de credores poderá requerer ao Tribunal Popular que decida sobre a questão. O Tribunal Popular deverá proferir decisão no prazo de 5 dias a contar do recebimento do pedido. Artigo 69 O Administrador deverá informar sem demora ao comitê de credores sobre as seguintes matérias: (1) Transferência da propriedade de bens imóveis;	approval by the People's Court in written. Article 68 The creditors committee exercises the following powers and functions: (1) Supervising the management and disposition of the debtor's property; (2) Supervising distribution of the insolvent property; (3) Proposing the convention of creditors meetings; (4) Powers entrusted by the creditors meeting. The creditors committee is entitled to require the Administrator or relevant personnel of the debtor shall make explanations or provide relevant documents within the scope of their functions and duties as required by the creditors committee in the course of performing powers. Where the Administrator or relevant personnel of the debtor in violation of this Law refuses to accept supervision, the creditors committee may request the People's Court to render the ruling regarding the supervision issue; The People's Court shall make a ruling within 5 days upon receiving the request. Article 69 The Administrator shall report the following matters to the creditors committee without undue delay: (1) Transferring the ownership of real estate; (2) Transferring such property rights as mining right, tenure
---	--

(2) Transferência de direitos reais tais como direitos minerários, direitos de uso, direitos de propriedade intelectual e outros direitos patrimoniais; (3) Transferência da totalidade das ações ou do estabelecimento empresarial; (4) Concessão de empréstimos; (5) Prestação de garantias; (6) Cessão de créditos ou transferência de valores mobiliários; (7) Execução de contratos pendentes do devedor e de sua contraparte; (8) Renúncia a direitos; (9) Recuperação de bens gravados com garantia; (10) Outras operações de disposição de bens que possam afetar de modo relevante os interesses dos credores. Na ausência de comitê de credores, as operações referidas no parágrafo anterior deverão ser comunicadas sem demora ao Tribunal Popular. CAPÍTULO 7 REORGANIZAÇÃO SEÇÃO 1 PEDIDO E PERÍODO DE REORGANIZAÇÃO Artigo 70 O devedor ou o credor poderá requerer a reorganização ao Tribunal Popular, nos termos das disposições desta Lei. Se o credor requerer a liquidação, o devedor ou o sócio/cotista que detenha mais de um décimo do capital social	intellectual property rights and other property rights; (3) Transferring all the stock or business; (4) Granting a loan; (5) Providing security; (6) Assigning claim or transferring securities; (7) Performing contract unperformed by the debtor and its counterparty; (8) Releasing rights; (9) Taking the secured property back; (10) Other matters in relation to property disposition having a material effect on creditor interest. Activities in relation to the previous paragraph shall be reported to the People's Court without undue delay where there is no creditors committee. CHAPTER 7 REORGANIZATION SECTION 1 PETITION FOR AND PERIOD OF REORGANIZATION Article 70 Either the debtor or the creditor may file the reorganization application with the People's Court in accordance with provisions prescribed herein. Where the creditor file the liquidation application, the debtor or capital contributor holding more than one tenth of debtor's registered capital may
--	--

registrado do devedor poderá requerer a reorganização após a aceitação do caso de insolvência pelo Tribunal Popular, mas antes da declaração de insolvência do devedor. Artigo 71 Se, ao examinar o pedido de reorganização, o Tribunal Popular verificar que estão satisfeitas as condições previstas nesta Lei, deverá decidir pela submissão do devedor à reorganização. Artigo 72 O período de reorganização inicia-se na data em que o Tribunal Popular decide pela reorganização do devedor e termina na data em que é proferida decisão pela extinção da reorganização. Artigo 73 Durante o período de reorganização, o devedor poderá, sob supervisão do Administrador, administrar seus bens e conduzir seus negócios, desde que o requeira e tal seja aprovado pelo Tribunal Popular. Se o Administrador estiver na posse dos bens e dos negócios do devedor, ele deverá transferi-los ao devedor quando este passar a administrar, nos termos do parágrafo anterior, caso em que as funções e deveres do Administrador serão exercidos pelo próprio devedor. Artigo 74 Quando a administração dos bens e dos negócios do devedor couber ao Administrador, este poderá contratar os administradores e gestores do devedor.	file the reorganization application after the People's Court accepts the insolvency case but before the debtor is declared insolvent. Article 71 Where examination reveals that the application for Reorganization satisfies the Provisions of this law, the People's Court shall rule the debtor to be reorganized. Article 72 The Reorganization period commences from the date when the People's Court rules the debtor to be reorganized to the date when the Reorganization is ruled to be terminated. Article 73 During the Reorganization period, the debtor may under the Administrator's supervision manage its property and handle its business affairs upon the debtor's request and approved by the People's Court. The Administrator taking over the debtor's property and business affairs shall transfer the property and business affairs to the debtor once the debtor in possession stated in first paragraph occur with the accompanying result that functions and duties of the administrator are performed by the debtor. Article 74 Where the property and business affairs are handled by the Administrator, The Administrator may employ managerial and business personnel of the debtor.
--	---

Artigo 75 Durante o período de reorganização, os credores com garantia real sobre determinado bem não poderão exercer o direito de execução da garantia (stay). Se o bem dado em garantia estiver em risco de destruição ou de depreciação substancial que possa comprometer os direitos do credor garantido, este poderá requerer ao Tribunal Popular a dispensa da suspensão. Durante o período de reorganização, o devedor ou o Administrador poderá prestar garantias para empréstimos contraídos com a finalidade de viabilizar a continuidade da atividade empresarial.	Article 75 During the Reorganization period, the secured creditors over the specific asset are stayed from realizing claims. Where the secured asset is at the risk of being destroyed or its value is at the risk of being reduced dramatically to the extent of impairing the rights of secured creditors, the secured creditors may request the People's Court to be exempt from the stay. During the Reorganization period, the debtor or the Administrator may provide security to the loan obtained for the purpose of continuing business.
Artigo 76 Durante o período de reorganização, se o proprietário de bens legitimamente detidos pelo devedor requerer sua restituição, deverão ser cumpridas as condições previamente ajustadas.	Article 76 Where the owner of the property which is under debtor's possession on legitimate grounds requests to take back the property during the Reorganization period, previously agreed requirements shall be met.
Artigo 77 Durante o período de reorganização, o sócio/cotista do devedor não poderá exigir quaisquer distribuições de lucros ou dividendos de sua participação. Durante o período de reorganização, diretores, gerentes e demais administradores superiores do devedor não poderão transferir as ações que detêm emitidas pelo devedor, salvo autorização prévia do Tribunal Popular.	Article 77 During the Reorganization period, the debtor's capital contributor is prohibited from demanding the distributive interests on investment. During the Reorganization period, directors, managers and other senior managerial personnel of the debtor shall not transfer shares they hold issued by the debtor unless the prior approval obtained from the People's Court.
Artigo 78 Durante o período de reorganização, a pedido das partes interessadas, o Tribunal Popular deverá extinguir o procedimento de reorganização e declarar a insolvência do devedor se ocorrerem as seguintes situações: (1) A situação econômica e financeira do devedor se	Article 78 During the Reorganization period, upon the request of interested parties, the People's Court shall rule to terminate the Reorganization procedure and declare the debtor

deteriorar a ponto de reduzirem-se significativamente as chances de recuperação; (2) O devedor praticar fraude, dissipar bens de má-fé ou realizar atos manifestamente prejudiciais aos credores; (3) A conduta do devedor conduzir à impossibilidade de o Administrador desempenhar suas funções.	insolvent if the following circumstances occur: (1) The business and financial situation of the debtor deteriorate and chances of being saved are slim; (2) The debtor act with fraud, decrease its property in bad faith, commit acts which are apparently disadvantageous to creditors; (3) The debtor acts lead to the incapacitation of the Administrator.
SEÇÃO 2 ELABORAÇÃO E APROVAÇÃO DO PLANO DE REORGANIZAÇÃO	SECTION 2 FORMULATION AND ADOPTION OF REORGANIZATION PLAN
Artigo 79 O devedor ou o Administrador deverá apresentar o plano de reorganização ao Tribunal Popular e à assembleia de credores no prazo de 6 meses, contados da decisão que determinou a reorganização. O Tribunal Popular poderá, a pedido fundamentado do devedor ou do Administrador, prorrogar esse prazo por até 3 meses. Se o devedor ou o Administrador não apresentar o plano de reorganização dentro do prazo estabelecido, o Tribunal Popular extinguirá o procedimento de reorganização e declarará o devedor insolvente.	Article 79 The debtor or the Administrator shall submit Reorganization plan to the People's Court and creditors meeting within 6 months upon the ruling to be reorganized made by the People's Court. The People's Court may extend 3 months upon the expiration of 6 months prescribed in preceding paragraph based on the request made by the debtor or the Administrator with justification. Where the debtor or the Administrator fails to submit the reorganization plan in accordance with the required time limit, the People's Court shall rule to terminate reorganization procedure and declare the debtor as insolvent.
Artigo 80 Quando os bens e os negócios do devedor forem administrados pelo próprio devedor, caberá a este elaborar o plano de reorganização. Quando a administração couber ao Administrador, caberá ao Administrador elaborar o plano de reorganização.	Article 80 Where the property and business affairs are handled by the debtor, the Reorganization plan shall be formulated by the debtor. Where the property and business affairs are handled by the Administrator, the Reorganization

Artigo 81 O projeto de plano de reorganização deverá conter, no mínimo, as seguintes matérias: (1) Esquema de administração do devedor; (2) Classificação dos créditos; (3) Plano de ajuste dos créditos; (4) Plano de pagamento dos créditos; (5) Prazo para implementação do plano de reorganização; (6) Prazo de supervisão da execução do plano; (7) Outras medidas favoráveis à reorganização.	plan shall be formulated by the Administrator. Article 81 The draft plan of the Reorganization shall include the following matters: (1) Management scheme of debtor; (2) Classification of the claims; (3) Adjustment scheme of the claims; (4) Repayment scheme of the claims; (5) Implementation time limit of the Reorganization plan; (6) Supervision time limit of the Reorganization plan; (7) Other schemes conducive to the Reorganization.
Artigo 82 Para fins de votação do plano de reorganização, os créditos serão classificados nos seguintes grupos: (1) Créditos garantidos por bem específico do devedor; (2) Créditos trabalhistas, incluindo salários, despesas médicas, indenizações por danos pessoais e por invalidez, indenizações devidas à família do falecido, contribuições básicas de previdência e de seguro de saúde devidas às contas individuais dos empregados, bem como outras verbas trabalhistas devidas nos	Article 82 The claims are classified as following groups for the purpose of adopting the reorganization plan: (1) Secured claims over the debtor's specific asset; (2) Labor claims with the reference made to the wage, medical fee, physical injury and disability compensations, compensations for a bereaved family owed by the debtor to the employees, basic pension and medical insurance premium payable by the debtor to the employees' private account, other compensations payable by the debtor to the employees in accordance with law and administrative rules and regulations; (3) Tax claims;

termos da lei e dos regulamentos administrativos; (3) Créditos tributários; (4) Créditos quirografários (gerais). O Tribunal Popular poderá, quando necessário, criar um subgrupo de pequenos créditos dentro do grupo de créditos quirografários, para fins de votação do plano de reorganização. Artigo 83 O plano de reorganização não afetará as contribuições de seguro social devidas pelo devedor que não estejam incluídas no item 2 do § 1º do Artigo 82. Os credores titulares desses créditos ficam excluídos da votação do plano. Artigo 84 O Tribunal Popular convocará assembleia de credores no prazo de 30 dias a contar do recebimento do projeto de plano de reorganização, para deliberar e votar sobre ele. Se, em cada grupo de votação, mais da metade dos credores presentes concordar com o plano e seus créditos representarem mais de dois terços do valor total dos créditos desse grupo, considerar-se-á que o plano foi aprovado por esse grupo. O devedor ou o Administrador deverá expor o conteúdo do plano de reorganização à assembleia de credores e responder às indagações. Artigo 85 Os investidores do devedor poderão participar, sem direito de voto, da assembleia de credores em que o plano de reorganização for discutido.	(4) General claims. The People's Court may set up small claims group within general claims group for the purpose of adopting the reorganization plan as the situation require as necessary. Article 83 The reorganization plan shall not affect the social insurance premium payable by the debtor other than those included in item 2, first paragraph of article 82. These creditors are excluded from voting on reorganization plan. Article 84 The People's Court shall convene creditors meeting within 30 days upon receiving the reorganization draft plan for the purpose of voting and adopting the reorganization plan. Where more than half of the creditors present at the meeting within the same voting group agree with the reorganization draft plan with its claim amounting to more than two-thirds of the group claims, the draft plan of Reorganization shall be deemed as being adopted by this group. The debtor or the Administrator shall make explanations about the draft plan of Reorganization to the creditors' meeting and answer inquiries. Article 85 The investors of the debtor may attend as non voting group creditors' meeting where reorganization draft plan is discussed.
---	--

Se o plano de reorganização envolver ajuste dos direitos dos investidores, deverá ser constituído um grupo separado de investidores para votar sobre os pontos que lhes digam respeito.	Where the reorganization plan draft involving the adjustment of investor's equities, separate group for investors shall be set up for the purpose of voting on the draft plan.
Artigo 86 O plano de reorganização será considerado aprovado quando cada grupo de votação o aprovar. O devedor ou o Administrador deverá requerer ao Tribunal Popular, no prazo de 10 dias contados da aprovação, que homologue o plano de reorganização. O Tribunal Popular, verificando que o plano atende às exigências desta Lei, proferirá decisão de aprovação do plano de reorganização e de extinção do procedimento de reorganização no prazo de 30 dias a contar do recebimento do pedido, tornando público o teor da decisão.	Article 86 The plan may be deemed as being adopted provided each voting group adopts the reorganization draft plan. The debtor or the Administrator shall apply to the People's Court for approving the reorganization plan within 10 days upon the adoption of reorganization plan. The People's Court shall render the ruling of approving the reorganization plan and terminate the reorganization proceeding within 30 days upon receiving the application after ascertaining that the plan meets the requirements stated herein with the ruling announced to the public.
Artigo 87 Se o projeto de plano de reorganização não for aprovado, o devedor ou o Administrador poderá negociar com o grupo de votação que o rejeitou. Esse grupo poderá proceder a nova votação após a negociação. O acordo alcançado não poderá prejudicar os interesses dos demais grupos de votação. Se, após a negociação, o projeto de plano não for aprovado em nova votação, ou se o grupo dissidente se recusar a votar novamente, o devedor ou o Administrador poderá requerer ao Tribunal Popular a homologação do plano, desde que estejam preenchidas as seguintes condições: (1) De acordo com o plano de reorganização, os créditos garantidos por bem específico	Article 87 Where the reorganization draft plan fails to be adopted, the debtor or the Administrator may negotiate with the voting group that does not adopt the reorganization draft plan. This voting group may vote again after negotiation. The compromise reached by the two sides in negotiation shall not impair the interests of the other voting groups. Where the draft plan of Reorganization fails to be adopted by second voting after negotiation or the disagreeing group refuses to revote, the debtor or the Administrator may apply to the People's Court for approval of the reorganization draft plan if the following condition is met: (1) Based on the Reorganization draft plan the secured claims are fully

sejam integralmente pagos, as perdas decorrentes do pagamento diferido sejam razoavelmente compensadas e os direitos do credor garantido não sofram prejuízo substancial, ou os credores garantidos aprovem o plano; (2) De acordo com o plano, os créditos trabalhistas e os créditos tributários sejam integralmente pagos, ou os credores trabalhistas e tributários aprovem o plano; (3) De acordo com o plano, os credores quirografários recebam valor não inferior ao que receberiam em cenário de liquidação na data de apresentação do plano ao Tribunal, ou aprovem o plano; (4) O ajuste dos direitos dos investidores previsto no plano seja justo e equitativo, ou o grupo de investidores aprove o plano; (5) O plano trate de forma isonômica os credores pertencentes ao mesmo grupo de votação e a ordem de pagamentos nele prevista não viole o Artigo 113; (6) O esquema de administração proposto pelo devedor seja factível. Verificando o atendimento dos requisitos do parágrafo anterior, o Tribunal Popular deverá homologar o plano de reorganização e declarar encerrado o procedimento de reorganização no prazo de 30 dias do recebimento do pedido, tornando pública a decisão.	paid off over the specific asset, the losses incurred by delayed repayment are fairly compensated and the secured right does not suffer material losses or the secured creditors adopt the reorganization draft plan. (2) Based on the Reorganization draft plan the labor claim and tax claim are fully paid off, or the labor creditors and tax creditors adopt the reorganization draft plan. (3) Based upon the reorganization draft plan the general creditors receive no less than what they could expect to receive in the liquidation procedure when draft plan is submitted for approval or the general creditors adopt the reorganization draft plan; (4) The adjustment of investor equities involved in the reorganization draft plan is fair and impartial or the investor group adopts the draft plan; (5) The reorganization draft plan treats creditors within the same voting group fairly and payment sequence provided in draft plan does not violate article 113; (6) The management scheme put forward by the debtor is feasible. The People's Court shall rule to approve the reorganization draft plan and terminate the reorganization plan after ascertaining the draft plan meeting the previous paragraph requirement based upon examination within 30 days of receiving application. The ruling shall be announced to the public.
--	--

Artigo 88 Se o projeto de plano de reorganização não for aprovado e homologado pelo Tribunal Popular nos termos do Artigo 87, ou se o plano aprovado não for homologado, o Tribunal Popular extinguirá o procedimento de reorganização e declarará a insolvência do devedor.	Article 88 Where the reorganization draft plan fails to be adopted and approved by the People's Court in accordance with article 87 or the adopted reorganization plan fails to be approved by the People's Court, the People's Court shall rule to terminate the reorganization procedure and declare the debtor as insolvent.
SEÇÃO 3 EXECUÇÃO DO PLANO DE REORGANIZAÇÃO	SECTION 3 IMPLEMENTATION OF REORGANIZATION PLAN
Artigo 89 O devedor deverá executar o plano de reorganização aprovado. Se o Administrador estiver na administração dos bens e negócios do devedor, deverá transferi-los ao devedor após a decisão do Tribunal Popular que homologue o plano de reorganização.	Article 89 The debtor shall implement the adopted reorganization plan. The Administrator in charge of managing the property and business affairs shall transfer the property and business affairs to the debtor after the People's Court rule to approve the reorganization plan.
Artigo 90 O Administrador deverá fiscalizar a execução do plano de reorganização durante o prazo de supervisão previsto no próprio plano, contado da decisão do Tribunal Popular que o homologar. Durante o prazo de supervisão, o devedor deverá prestar informações ao Administrador sobre a execução do plano de reorganização e sobre sua situação financeira.	Article 90 The Administrator shall supervise the implementation of the Reorganization plan during the supervising time limit provided for in the Reorganization plan commencing from the date when the People's Court rules to approve the Reorganization plan. The debtor shall report the implementation of the Reorganization plan and its financial status to the Administrator during the supervising time limit.
Artigo 91 Findo o prazo de supervisão, o Administrador deverá apresentar ao Tribunal Popular um relatório sobre a fiscalização da execução do plano. O	Article 91 The Administrator shall submit the supervision report to the People's Court upon the expiration of the supervising time limit. The Administrator will not be discharged

Administrador somente será exonerado de suas funções após a apresentação desse relatório. As partes interessadas têm o direito de consultar o relatório apresentado pelo Administrador ao Tribunal Popular. O Tribunal Popular poderá, a pedido do Administrador, prorrogar o prazo de supervisão do plano de reorganização. Artigo 92 O plano de reorganização homologado pelo Tribunal Popular vincula credores e devedor. Os credores que não declararem seus créditos na forma desta Lei não poderão exigi-los durante a execução do plano de reorganização, mas poderão cobrar seus créditos, em igualdade de condições com os demais credores do respectivo grupo, após a conclusão da execução do plano. As obrigações de pagamento dos fiadores e demais coobrigados do devedor não são afetadas pelo plano de reorganização. Artigo 93 Se o devedor não puder ou se recusar a executar o plano de reorganização, o Tribunal Popular, a pedido do Administrador ou de partes interessadas, deverá declarar encerrada a execução do plano e declarar a insolvência do devedor. Se o Tribunal Popular declarar encerrada a execução do plano de reorganização, perderão eficácia os ajustes de créditos nele previstos. Os pagamentos já realizados aos credores em decorrência da execução do plano permanecem válidos, sendo o saldo	from its duties until the supervision report is submitted to the People's Court. The interested parties are entitled to check the supervising report submitted by the Administrator to the People's Court. The People's Court may decide to extend the supervision time limit of the Reorganization plan upon the application filed by the Administrator. Article 92 The Reorganization plan approved by the People's Court is binding both to the creditors and the debtor. Creditors failing to declare claims in accordance with the Provisions as required herein are prohibited from realizing claims during the implementation of the Reorganization plan and may realize claims on the same repayment terms concerning specific creditor group provided in the Reorganization plan upon finalizing implementing the Reorganization plan. The repayment liability of the guarantor or other joint debtors of the debtor is not affected by the Reorganization plan. Article 93 Where the debtor is unable or refuses to implement the Reorganization plan, the People's Court shall rule to terminate the implementation of the Reorganization plan as requested by the Administrator or interested parties and declare the debtor as insolvent. Where the People's Court rules to terminate the implementation of the Reorganization plan, the claim adjustment agreed by the creditors in the reorganization plan loses its effect. Payment obtained by the creditor
--	--

remanescente dos créditos considerado como crédito de insolvência. Os credores referidos no parágrafo anterior somente poderão receber novas distribuições quando os demais credores da mesma classe houverem sido pagos na mesma proporção. Nas hipóteses do caput, as garantias prestadas para viabilizar a execução do plano de reorganização não serão afetadas.	owing to the implementation of the Reorganization plan remains in force with the unpaid portion of the claim deemed as insolvent claims. The creditors prescribed in the preceding paragraph may continue to receive distribution only if the other creditors within the same priority are paid to the extent of the same proportion. Where the situation described in the first paragraph of this article occurs, security provided for implementing the reorganization plan will not be affected.
Artigo 94 Após a conclusão da execução do plano de reorganização, o devedor ficará exonerado da obrigação de pagar os créditos reduzidos ou remidos nos termos do plano.	Article 94 The debtor is no longer obligated to pay the debts reduced or discharged in conformity with reorganization plan upon the finalizing implementing the reorganization plan.
CAPÍTULO 8 COMPOSIÇÃO	CHAPTER 8 COMPOSITION
Artigo 95 O devedor poderá requerer a composição diretamente ao Tribunal Popular, nos termos desta Lei, ou após a aceitação do caso, mas antes da declaração de insolvência. Ao requerer a composição, o devedor deverá apresentar ao Tribunal Popular o projeto de acordo de composição.	Article 95 The debtor may file composition application either directly with the People's Court in accordance with this law or after the case being accepted by the People's Court but before the debtor being declared insolvent. The debtor shall submit its composition draft agreement to the People's Court when applying for composition.
Artigo 96 Verificado pelo Tribunal Popular que o pedido de composição atende aos requisitos desta Lei, será proferida decisão de admissão do pedido, com divulgação pública, e será convocada assembleia de credores para deliberar	Article 96 The People's Court shall rule to approve the composition by announcing to the public after ascertaining that composition application satisfies requirements provided herein and convene the

sobre o projeto de acordo de composição. Uma vez admitida a composição pelo Tribunal Popular, os credores garantidos poderão executar seus créditos sobre os bens específicos do devedor. Artigo 97 O acordo de composição deliberado na assembleia de credores será considerado aprovado se mais da metade dos credores presentes com direito de voto, titularizando créditos quirografários que representem mais de dois terços do total, votar favoravelmente. Artigo 98 O acordo de composição aprovado pela assembleia de credores dependerá de homologação pelo Tribunal Popular. Uma vez homologado, o Tribunal Popular declarará encerrado o procedimento de composição e divulgará a decisão. O Administrador deverá transferir os bens e negócios ao devedor e apresentar ao Tribunal Popular relatório sobre o exercício de suas funções. Artigo 99 Se o projeto de acordo de composição não for aprovado pela assembleia de credores, ou se o acordo aprovado não for homologado pelo Tribunal Popular, este declarará encerrado o procedimento de composição e a insolvência do devedor.	creditors meeting to discuss the composition draft agreement. The secured creditors may realize its claims over the debtor's specific asset once the People's Court rule to approve the composition. Article 97 The composition agreement concluded at the creditors' meeting may be deemed as being adopted provided that over half of the creditors with voting right present at the meeting and claims they holding representing more two-thirds of the total unsecured claims adopt it. Article 98 The composition agreement adopted by the creditors meeting is subject to the approval of the People's Court. Once the composition agreement is approved, the People's Court shall rule to terminate the composition procedure and make a public announcement. The Administrator shall transfer the property and business affairs to the debtor and submit working report concerning the performance of powers and functions to the People's Court. Article 99 Where the draft agreement of composition fails to be adopted by the creditors meeting or the adopted composition agreement fails to be approved by the People's Court, the People's Court shall rule to terminate the composition procedure and declare the debtor insolvent.
---	--

Artigo 100 O acordo de composição homologado pelo Tribunal Popular vincula todos os credores conciliados e o devedor. Consideram-se credores conciliados, para os fins deste artigo, os credores quirografários existentes na data da aceitação do caso pelo Tribunal Popular. Os credores conciliados que não declararem seus créditos na forma desta Lei não poderão exigí-los durante a execução do acordo de composição, mas poderão cobrá-los nas condições de pagamento previstas no acordo, após o término de sua execução.	Article 100 The composition agreement approved by the People's Court is binding both to all conciliated creditors and the debtor. The conciliated creditors referred to in the preceding paragraph are unsecured creditors when the case is accepted by the People's Court. Conciliated creditors failing to declare claims in accordance with the Provisions required herein are prohibited from realizing claims during the implementation of composition agreement and may realize claims under the repayment terms provided in the composition agreement after the composition agreement is implemented.
Artigo 101 As obrigações de pagamento dos fiadores e demais coobrigados do devedor não são afetadas pelo acordo de composição.	Article 101 Guarantor and other joint debtors of the debtor payment obligation are not affected by the composition agreement.
Artigo 102 O devedor deverá cumprir suas obrigações de pagamento de acordo com os termos fixados no acordo de composição.	Article 102 The debtor shall pay off his debt in accordance with terms prescribed in the composition agreement.
Artigo 103 O Tribunal Popular deverá declarar inválido o acordo de composição se comprovada fraude ou outra conduta ilícita do devedor. Nessa hipótese, os pagamentos já recebidos pelos credores com base no acordo de composição não serão restituídos, até o limite em que outros credores tenham recebido pagamentos proporcionais equivalentes.	Article 103 The composition agreement shall be ruled by the People's Court to be invalidated on the grounds of the debtor's fraud or other unlawful activities. With the circumstances prescribed in the preceding paragraph, the repayment creditors obtain based on the composition agreement may not be returned to the extent of same proportion payment of other creditors.

Artigo 104 Se o devedor não puder ou se recusar a cumprir o acordo de composição, o Tribunal Popular, a pedido dos credores conciliados, deverá declarar encerrada a execução do acordo de composição e a insolvência do devedor. Se o Tribunal Popular declarar encerrada a execução do acordo de composição, os ajustes de créditos nele previstos perderão eficácia. Os pagamentos já realizados aos credores conciliados permanecem válidos, sendo o saldo remanescente do crédito considerado crédito de insolvência. Os credores referidos no parágrafo anterior somente poderão receber novas distribuições quando os demais credores houverem sido pagos na mesma proporção. Nas hipóteses do caput, as garantias prestadas para a execução do acordo de composição não serão afetadas.	Article 104 Where the debtor is unable or refuses to implement the composition agreement, the People's Court shall rule to terminate the implementation of the composition agreement as requested by conciliated creditors and declare the debtor as insolvent. Where the People's Court rules to the composition agreement, the claim adjustment agreed by conciliated creditors in the composition agreement loses its effect. Payment obtained by conciliated creditors owing to implementation of the composition agreement remains in force with the unpaid portion of the claim deemed as claims of insolvent debtor. The creditors prescribed in the preceding paragraph may continue to receive distribution only if the other creditors are paid to the extent of the same proportion. Where the situation described in the first paragraph of this article occurs, security provide for implementing composition agreement will not be affected.
Artigo 105 Se, após a aceitação do caso, o devedor e todos os credores chegarem a acordo unânime sobre a liquidação de dívidas e créditos, poderão requerer ao Tribunal Popular a homologação do acordo de composição e a extinção do processo de insolvência.	Article 105 Where the debtor and all creditors reach unanimous agreement as to the disposal of debts and claims after the case is accepted, they may request the People's Court to rule to approve the composition agreement and terminate the insolvency procedure.
Artigo 106 Ao término da execução do acordo de composição, o devedor ficará exonerado da obrigação de pagar os créditos reduzidos ou remidos nos termos do acordo.	Article 106 The debtor is no longer obligated to pay the debts reduced or discharged in conformity with reorganization plan upon the finalizing implementing the composition agreement.

CAPÍTULO 9 LIQUIDAÇÃO SEÇÃO 1 DECLARAÇÃO DE INSOLVÊNCIA Artigo 107 Quando o Tribunal Popular declarar a insolvência do devedor nos termos desta Lei, deverá comunicar a decisão ao devedor no prazo de 5 dias, contados de sua prolação, bem como ao Administrador, e deverá notificar os credores conhecidos no prazo de 10 dias, tornando pública a decisão. Após a declaração de insolvência, o devedor passa a ser denominado “insolvente”, seu patrimônio passa a ser denominado “massa insolvente” e os credores com créditos existentes na data em que o Tribunal Popular aceitar o pedido de insolvência passam a ser chamados “credores da insolvência”. Artigo 108 Antes da declaração de insolvência, o Tribunal Popular extinguirá o processo de insolvência e tornará pública sua decisão se ocorrer qualquer das seguintes hipóteses: (1) Terceiro prestar garantia ou pagar integralmente os débitos vencidos; (2) O devedor pagar integralmente os débitos vencidos. Artigo 109 O credor com garantia real tem direito a receber seu crédito com prioridade sobre o bem específico dado em garantia.	CHAPTER 9 LIQUIDATION SECTION 1 INSOLVENCY DECLARATION Article 107 Where the People’s Court declare the debtor insolvent in accordance with this Law, it shall serve the ruling to debtor within 5 days upon rendering the ruling and the Administrator and within 10 days of rendering the ruling notify the known creditors and make a pubic announcement. After the debtor is declared insolvent, the debtor is titled as insolvent person, its property as insolvent property and creditors to the debtor when the People’s Court accept the insolvency petition as insolvent claims. Article 108 The People’s Court shall rule to terminate the insolvency procedure and make a public announcement on the following grounds prior to the declaration of insolvency: (1) Third party either provides security or pays off the debts that fall due; (2) The debtor pays off all debts that fall due. Article 109 Secured creditor is entitled to obtain payment in priority over debtor’s specific asset.
--	---

Artigo 110 A parte do crédito garantido não satisfeita com o produto da execução da garantia será tratada como crédito quirografário; os créditos garantidos cujo titular renunciar ao direito de preferência serão tratados como créditos quirografários. SEÇÃO 2 AVALIAÇÃO, REALIZAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO Artigo 111 O Administrador deverá elaborar, sem demora injustificada, o plano de realização (alienação) da massa insolvente e submetê-lo à assembleia de credores para discussão. O Administrador deverá realizar a massa insolvente de acordo com o plano aprovado pela assembleia de credores ou pelo Tribunal Popular, nos termos do § 1º do Artigo 65. Artigo 112 Os bens da massa insolvente serão vendidos em leilão, salvo disposição diversa aprovada em deliberação da assembleia de credores. A empresa insolvente poderá ser alienada em bloco (como going concern) ou em partes. Ativos intangíveis e outros bens poderão ser alienados separadamente. Bens cuja alienação em leilão seja proibida ou restrita pela legislação estatal deverão ser realizados conforme as modalidades permitidas pela legislação aplicável. Artigo 113 Após a dedução prévia dos custos da insolvência e das dívidas comuns da	Article 110 Claims without being realized by creditors referred to in article 109 shall be treated as general ones; secured claims before right in payment priority are disclaimed shall be treated as general ones. SECTION 2 APPRAISAL, DISPOSITION AND DISTRIBUTION Article 111 The Administrator shall formulate disposition plan of insolvent property without undue delay and submit it to the creditors meeting for discussion. The Administrator shall dispose the insolvent property in accordance with the insolvent property disposition plan adopted by the creditors meeting or approved by the People's Court in accordance with first paragraph of article 65. Article 112 Insolvent property shall be sold off by auction unless otherwise provided in resolutions made by the creditors' meeting. The insolvent enterprise may be sold either as a whole or in parts. Intangible assets and other assets may be sold separately. Property not allowed to be auctioned or restricted from being transferred as required by state law shall be disposed of in accordance with ways allowable by state law. Article 113 After the prior deduction of insolvency costs and common debts from the
--	---

massa insolvente, o pagamento será efetuado na seguinte ordem: (1) Salários, despesas médicas, indenizações por danos pessoais e por invalidez, indenizações devidas à família do falecido, contribuições básicas de previdência e de seguro de saúde em atraso nas contas individuais dos empregados, bem como outras verbas devidas aos empregados nos termos da lei e dos regulamentos administrativos; (2) Contribuições de seguridade social básicas não abrangidas pelo parágrafo anterior e os tributos devidos pelo insolvente; (3) Créditos quirografários. Se a massa insolvente for insuficiente para pagar integralmente as dívidas da mesma classe, a distribuição será proporcional (pro rata). Os salários de diretores, supervisores e administradores superiores da empresa insolvente serão calculados com base no salário médio. Artigo 114 A distribuição da massa insolvente será feita em dinheiro, salvo deliberação em contrário da assembleia de credores. Artigo 115 O Administrador deverá elaborar, sem demora injustificada, o plano de distribuição da massa insolvente e submetê-lo à assembleia de credores para discussão. O plano de distribuição deverá conter, pelo menos:	insolvency property, payment shall be made in the following order: 1) Wages, medical fees, physical injury and disability compensations, compensations for a bereaved family owed by the debtor to the employees, basic pension and medical insurance premium defaulted by the debtor to the employees' private account, other compensations payable by the debtor to the employees in accordance with law and administrative rules and regulations; 2) Basic social insurance premiums other than those stated in previous paragraph defaulted by the insolvent person and tax payable by insolvent person; 3) General claims. Where the insolvent property is insufficient to pay debts within same payment sequence, distribution shall be made on a pro-rata basis. Wages of directors, supervisors and senior managerial personnel of the insolvent enterprise shall be calculated on average wage basis. Article 114 The distribution of insolvent property shall be made in cash unless otherwise resolved by the creditors' meeting. Article 115 The Administrator shall formulate the distribution plan of insolvent property without undue delay and submit it to the creditors' meeting for discussion. The distribution plan of insolvent property shall include the following items:
--	---

(1) Nome ou denominação social e endereço dos credores participantes da distribuição; (2) Valor total dos créditos habilitados à distribuição; (3) Valor total da massa insolvente disponível para distribuição; (4) Ordem, proporção e montante de distribuição a cada crédito; (5) Forma de distribuição dos bens da massa insolvente. Após a aprovação do plano pela assembleia de credores, o Administrador o submeterá ao Tribunal Popular para homologação. Artigo 116 O Administrador executará o plano de distribuição homologado pelo Tribunal Popular. Se houver mais de uma distribuição prevista, o Administrador deverá anunciar o valor total distribuído e o montante dos créditos contemplados em cada uma. Quando da distribuição final, o Administrador deverá tornar públicos, além disso, os itens previstos no § 2º do Artigo 117. Artigo 117 As parcelas destinadas a credores titulares de créditos condicionais deverão ser depositadas pelo Administrador. Se, na data do anúncio da distribuição final, a condição suspensiva não se implementar ou a condição resolutiva se	1) Name or title and address of creditors participating in the distribution; 2) Total amount of claims qualified for the distribution; 3) Total amount of distributable insolvent property; 4) Sequence, proportion and amount of the distribution of insolvent property; 5) The method of distributing the insolvent property. Upon the distribution plan being adopted by the creditors' meeting, the Administrator shall submit the plan to the People's Court for approval. Article 116 The Administrator implements the distribution plan approved by the People's Court. In terms of many distributions implemented by the Administrator in accordance with distribution plan the Administrator shall announce the total amount of distributed property and that of claim to which the distribution is made. In terms of final distribution the Administrator shall make public announcement including items listed in paragraph 2, Article 117. Article 117 Distributions to the contingent creditors shall be deposited by the Administrator. Distributions deposited by the Administrator for contingent creditors shall be distributed to other creditors provided the initiation condition is not
--	---

implementar, os valores depositados para esses credores serão redistribuídos aos demais credores. Se, na data do anúncio da distribuição final, a condição suspensiva se implementar ou a condição resolutiva não se implementar, os valores depositados permanecerão reservados aos credores condicionais.	met or termination condition is met upon the public announcement of final distribution; Should the initiation condition be met or the termination conditions not be met upon the public announcement of final distribution, distributions deposited by the Administrator for contingent creditors shall be made to other creditors.
Artigo 118 As quantias de distribuição não reclamadas pelos credores serão depositadas pelo Administrador. Se, no prazo de 2 meses a contar da divulgação da distribuição final, não forem reclamadas, serão consideradas renunciadas e o Administrador ou o Tribunal Popular as redistribuirá aos demais credores.	Article 118 The Administrator shall deposit the unclaimed distribution of the insolvent property. Deposited unclaimed distribution without being claimed by creditors after 2 months upon the public announcement of the final distribution shall be deemed as disclaimed distribution which the Administrator or People's Court shall distribute to other creditors.
Artigo 119 Quando houver créditos pendentes de ação judicial ou arbitragem, o Administrador deverá depositar a quota-parte correspondente na distribuição. Se, no prazo de 2 anos contados da extinção do processo de insolvência, os valores depositados não forem reclamados pelos credores, serão redistribuídos aos demais credores.	Article 119 The Administrator shall deposit due share of distribution to which pending claims under litigation or arbitration are entitled when the insolvent property is distributed. Deposited distribution without being claimed by creditors after 2 years upon the termination of insolvency procedure shall be distributed to other creditors.
SEÇÃO 3 EXTINÇÃO DO PROCESSO DE INSOLVÊNCIA	SECTION 3 TERMINATION OF INSOLVENCY PROCEDURE
Artigo 120 Se o devedor não dispuser de bens a serem distribuídos, o Administrador deverá requerer ao Tribunal Popular a extinção do processo de insolvência. Após a distribuição final da massa insolvente, o Administrador deverá, sem demora injustificada, apresentar	Article 120 Where the debtor has no available property to distribute, the Administrator shall request the People's Court to terminate the insolvency procedure.

relatório de distribuição ao Tribunal Popular e requerer a extinção do processo de insolvência. O Tribunal Popular deverá decidir sobre a extinção do processo de insolvência no prazo de 15 dias a contar do recebimento do pedido do Administrador e tornar pública a decisão.	Following the final distribution of the insolvency property, the Administrator shall without undue delay submit distribution report to the People's Court and request the People's Court to terminate the insolvency procedure. The People's Court shall rule whether to terminate the insolvency procedure or not within 15 days following the Administrator's application. The People's Court shall make a public announcement of the termination ruling.
Artigo 121 No prazo de 10 dias a contar da extinção do processo de insolvência, o Administrador deverá requerer, perante o órgão competente de registro, o cancelamento do registro da pessoa jurídica, juntando a decisão de extinção proferida pelo Tribunal Popular.	Article121 The Administrator shall apply for closing registration to the registration of incorporation within 10 days upon termination of insolvency procedure agency holding the termination ruling entered into by the People's Court.
Artigo 122 As funções e deveres do Administrador cessarão no dia seguinte ao pedido de cancelamento do registro da pessoa jurídica, salvo se houver litígios ou arbitragens pendentes.	Article122 The duties and functions of the Administrator terminate following the other day of applying for closing registration unless there is pending litigation or arbitration.
Artigo 123 Dentro de 2 anos após a extinção do processo de insolvência, nos termos do § 4º do Artigo 43 ou do Artigo 122 desta Lei, os credores poderão requerer ao Tribunal Popular o pagamento adicional, em conformidade com o plano de distribuição, se ocorrer qualquer das seguintes hipóteses: I. Descoberta de bens que deveriam ter sido recuperados nos termos dos Artigos 31, 32, 33 e 36;	Article 123 Two years after the termination of insolvency proceeding as per the paragraph 4 in Article 43 or Article122 of the Law, creditors are entitled to apply to the People's Court for additional repayment in conformity with the distribution plan under any of the following circumstances: I. Property which should be recovered in accordance with Article 31, Article 32, Article 33 and Article 36 is discovered;

II. Descoberta de outros bens do insolvente sujeitos à distribuição. Se os bens descobertos forem insuficientes para cobrir as despesas de nova distribuição, não haverá distribuição e os bens serão revertidos ao Tesouro do Estado. Artigo 124 Após a extinção do processo de insolvência, os fiadores e demais coobrigados do insolvente não ficam exonerados do pagamento das dívidas remanescentes, na forma do procedimento de liquidação. CAPÍTULO 11 RESPONSABILIDADES LEGAIS Artigo 125 Se a insolvência da empresa tiver sido causada pela violação dos deveres fiduciários de lealdade e diligência por parte de seus diretores, supervisores ou outros administradores superiores, estes responderão civilmente. As pessoas assim responsabilizadas ficarão proibidas de exercer os cargos de diretor, supervisor ou administrador superior em qualquer outra empresa pelo prazo de 3 anos a contar da extinção do processo de insolvência. Artigo 126 Se pessoas vinculadas ao devedor e obrigadas a comparecer à assembleia de credores, devidamente intimadas pelo Tribunal Popular, recusarem-se a comparecer sem justa causa, o Tribunal poderá determinar sua condução coercitiva e aplicar multa, nos termos da lei.	II. Other property of the insolvent person which shall be distributed is discovered. Where the discovered property is insufficient to cover distribution expenses, distribution will not be made and the property shall be turned over to the State treasury. Article 124 The guarantor and other joint debtors of the insolvent person are not discharged from paying the unpaid debts in accordance with liquidation procedure after the termination of the insolvency procedure. CHAPTER 11 LEGAL LIABILITIES Article 125 Where the violation of fiduciary duty with specific reference made to loyalty and due diligence duty by the director, supervisor or other senior managerial personnel of the enterprise result in the insolvency of the enterprise, they shall bear civil liabilities. Persons with the previous record are prohibited from acting as director, supervisor or senior manager of any other enterprise within 3 years upon the termination of insolvency procedure. Article 126 Where relevant personnel of the debtor obligated to attend the creditors meeting refuse to attend meeting without justifications after summon is served by the People's Court, the People's Court may arrest and take them under custody to the court and impose fine in accordance with law. Relevant personnel of the debtor
--	---

As pessoas vinculadas ao devedor que se recusarem a prestar declarações, a responder perguntas ou que prestarem declarações falsas ou informações inverídicas, em violação desta Lei, estarão sujeitas à aplicação de multa pelo Tribunal Popular. Artigo 127 Se o devedor, em violação desta Lei, se recusar a apresentar ou apresentar falsamente a relação de bens, a relação detalhada de dívidas e créditos, as demonstrações contábeis e financeiras, os comprovantes de pagamento de salários e contribuições de seguridade social de empregados, o Tribunal Popular poderá aplicar multa às pessoas diretamente responsáveis. Se o devedor se recusar a entregar ao Administrador os bens, selos, livros contábeis, documentos e dados, ou se adulterar ou destruir documentos relativos ao patrimônio, dificultando o reconhecimento da situação patrimonial, o Tribunal Popular poderá aplicar multa às pessoas diretamente responsáveis. Artigo 128 Se o devedor praticar quaisquer dos atos descritos nos Artigos 31, 32 ou 33 em prejuízo dos interesses dos credores, seu representante legal e outras pessoas diretamente responsáveis responderão civilmente. Artigo 129 Se pessoas vinculadas ao devedor, em violação desta Lei, se afastarem de seu domicílio sem a necessária autorização prévia, o Tribunal Popular poderá adverti-las, detê-las ou aplicar-lhes multa, nos termos da lei.	refusing to make statements, answer inquires or making false statements or giving fake inquires in violation of provisions of this law are subject to being fined by the People's Court. Article 127 Where debtor in violation of provisions in this Law refuses to submit or submits false statements on property specification, detailed list of debts and credits, financial and accounting reports, payment of employees' wages and social insurance premium, the People's Court may impose fine upon the directly responsible personnel. Where debtor refuses to hand over property, seal, accounting books, documents data to the Administrator, or fabricates, destroys relevant property evidences to the extent of obscuring the property status, the People's Court may impose fine upon the directly responsible personnel. Article 128 Where debtor commits acts stated in article 31, 32, 33 to the extent of impairing the creditors' interests, the legal representative and other directly responsible personnel of the debtor are subject to civil liabilities. Article 129 Where relevant personnel of the debtor in violation of this Law leave place of domicile without obtaining prior consent, the People's Court may admonish, detain him or and impose fine in accordance with law.
--	--

Artigo 130 Se o Administrador deixar de desempenhar suas funções e deveres com lealdade e diligência, nos termos desta Lei, o Tribunal Popular poderá aplicar-lhe multa. O Administrador deverá, ainda, indenizar as perdas causadas aos credores, ao devedor ou a terceiros, nos termos da lei.	Article 130 Where the Administrator fails to perform duties and functions with loyalty or with due diligence as required by this Law, the People's Court may impose fine. And the Administrator shall in accordance with law compensate losses suffered by creditors the debtor or third party.
Artigo 131 Atos que violem a lei e que se enquadrem como crime serão encaminhados às autoridades competentes para responsabilização penal.	Article 131 Acts in violation of law serious enough to constitute crime shall be brought to the justice.
CAPÍTULO 12 DISPOSIÇÕES FINAIS	CHAPTER 12 SUPPLEMENTARY PROVISIONS
Artigo 132 Os créditos trabalhistas correspondentes a salários, despesas médicas, indenizações por danos pessoais e por invalidez, indenizações devidas à família do falecido, contribuições básicas de previdência e seguro de saúde a serem depositadas nas contas individuais dos empregados, bem como outras verbas devidas aos empregados nos termos da lei e dos regulamentos administrativos, que não tenham sido satisfeitos nos termos do Artigo 113, serão pagos com o produto dos bens dados em garantia específica nos termos do Artigo 109, desde que tais créditos trabalhistas tenham surgido antes da promulgação desta Lei e subsistam até sua entrada em vigor.	Article 132 Wages, medical fees, physical injury and disability compensations, compensations for a bereaved family owed by the debtor to the employees, basic pension and medical insurance premium payable by the debtor to the employees' private account, other compensations payable by the debtor to the employees in accordance with law and administrative rules and regulations unrealized in accordance with article113 shall be paid from the specific asset of secured creditors stated in article 109 provided these labor claims occur prior to the promulgation of this Law and exist until this Law goes into effect.
Artigo 133 A insolvência de empresas estatais será regulada de acordo com as normas pertinentes promulgadas pelo Conselho	Article 133 The insolvency of the state-owned enterprises shall be dealt with in accordance with the relevant regulations promulgated by the State Council within the time limit and to the

de Estado, dentro dos prazos e limites nelas estabelecidos. Artigo 134 Se instituições financeiras, incluindo, entre outras, bancos comerciais, corretoras de valores mobiliários e companhias seguradoras, preencherem os requisitos do Artigo 2, a autoridade supervisora e reguladora competente, subordinada ao Conselho de Estado, poderá requerer ao Tribunal Popular a reorganização ou a liquidação dessas instituições. Se a autoridade supervisora e reguladora competente, subordinada ao Conselho de Estado, assumir o controle de instituição financeira com riscos significativos, ou colocá-la sob administração especial, poderá requerer ao Tribunal Popular a suspensão de ações judiciais e procedimentos de execução em que a instituição figure como ré ou executada. A insolvência de instituições financeiras será regida pelas medidas de implementação formuladas pelo Conselho de Estado, em conformidade com esta Lei e com a legislação correlata. Artigo 135 A liquidação de entidades diversas de empresas com personalidade jurídica poderá observar, por analogia, esta Lei, nos termos das disposições de outras leis aplicáveis. Artigo 136 Esta Lei entra em vigor em 1º de junho de 2007. Na mesma data, fica revogada a Lei de Insolvência de Empresas da República Popular da China, em fase de execução experimental.	extent stipulated in regulations issued by the State Council. Article 134 Where financial institutions including but not limited to commercial banks, securities companies, insurance companies meet the tests of article 2, relevant supervisory and regulatory commission for the financial institution under State Council may apply to the People's Court for reorganization or liquidation. Where relevant supervisory and regulatory commission for the financial institution under State Council takes over the financial institution with material business risks or take it under custody, it may apply to the People's Court for staying the civil litigation procedure or execution procedure in which the financial institution is defendant or party against which the execution procedure is filed as the case maybe. The insolvency of financial institutions shall be dealt with pursuant to the implementation measures formulated by the State Council in conformity with this law and provisions of relevant laws. Article 135 Liquidation of entities other than enterprises with legal person status may refer to this Law for application as stipulated by provisions of other Law. Article 136 This Law shall enter into effect as of first June 2007. The Enterprise Insolvency Law of the People's Republic of China under Trial
---	---

	Implementation shall be abolished from the date when this law enters into effect.
--	---